



## UMA LEITURA SÓCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO DOS LENÇÓIS MARANHENSES / MUNIM A PARTIR DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IDM) E DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV)

Carlos Augusto de Oliveira Furtado<sup>1</sup>

Itaan de Jesus Pastor Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Com base nos censos agropecuário, nos dados do IMESC e do Índice de Condições de Vida, referentes a 2010 caracterizou-se o padrão de desenvolvimento do TLMM. Foi feita uma caracterização do Território e dos dois índices. Os dados do IDM demonstraram que todos os municípios tem uma população com maioria rural e que os índices de desenvolvimento são relacionados ao tamanho da população e às áreas onde há maior dinâmica econômica. Os dados do ICV não seguem a mesma lógica, pois os fatores são avaliados a partir da percepção de cada entrevistado resultando em níveis diferentes de desenvolvimento quando comparado com o IDM.

**ABSTRACT:** Based on agricultural census (2006) and demographics(2010) from IBGE, and on data from the Municipal Development Index (IMESC) and Life conditions Index(SDT/MDA), referring to the year 2010 it has been characterized the pattern of development of the Lençois Maranhenses/Munim territory. It has been made a characterization of the territory and of the two indexes. The data of IDM have shown that all municipalities have a population with rural majority and that the development indexes are related to the size of the population and the areas where it has a bigger economical dynamics.

### 1 INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Especialista. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: caoaab@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).E-mail: itaanps@gmail.com



Esse artigo procura discutir o desenvolvimento territorial proposto no PTDRS<sup>3</sup> qualificado (COOSPAT, 2011) usando, para tanto, dois índices apresentados nesse último período: o Índice de Desenvolvimento Municipal (IMESC, 2011) e o Índice de Condições de Vida (LABEX/UEMA, 2011) e dentro desses índices, especificamente, os dados sobre a produção agropecuária regional.

O Território Lençóis Maranhenses / Munim foi criado a partir da política territorial proposta pelo MDA<sup>4</sup> como forma de dinamizar o desenvolvimento dos municípios dessas duas microrregiões considerando que todos se apresentam em níveis bem baixo quando relacionados ao IDH<sup>5</sup>. O desenvolvimento desse território foi estabelecido no PTDRS em 2004 que foi qualificado em 2009, mas muitas das propostas ali mostradas nunca foram postas em prática, de modo que muito do planejado ficou no imaginário dos seus representantes.

No entanto, o discurso do governo estadual e dos novos governantes municipais parecem encobrir os números reais. Os autores desse trabalho procuraram usar números distintos que pudessem demonstrar qual a verdade por trás dos discursos dos representantes do colegiado territorial e dos gestores municipais e do governo do Estado.

## **2 O TERRITÓRIO LENÇÓIS MARANHENSES / MUNIM E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

A discussão do desenvolvimento econômico tem um importante viés em relação ao mundo rural, pois é nessa área que se concentra a população mais pobre em todos os países. Para Echeverri “*a pobreza é a justa medida com que se pode avaliar os resultados de uma estratégia de desenvolvimento*”. Não é de se estranhar, então, que os índices que medem desenvolvimento econômico coloquem os países que possuem maior quantidade de população na área rural entre aqueles com mais baixo índice, como pode se perceber do IDH, por exemplo. No Brasil, os estados com menor IDH estão nas regiões Norte e Nordeste onde há uma grande concentração da população na área rural.

A identificação da situação da população rural tem levado a um estímulo diferenciado das áreas rurais por parte das agências de desenvolvimento e do MDA. O

<sup>3</sup> Plano Territorial de desenvolvimento Rural Sustentável

<sup>4</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário

<sup>5</sup> Índice de Desenvolvimento Humano



objetivo era reduzir a desigualdade entre a população urbana e a população rural. Então, se as políticas de desenvolvimento passaram a ter um rumo diferente foi necessário a construção indicadores que dessem conta desse novo modelo.

Esse território possui características bastante interessantes, tanto do ponto de vista biofísico, quanto humano. Na sua área mais a Leste encontra-se o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, caracterizado por um solo composto por areias quartzosas marinhas típico de desertos, mas com lagoas que permanecem cheias grande parte do ano formando um bioma único no mundo. Em termos populacionais identifica-se a presença de grande quantidade de comunidades quilombolas distribuídos, principalmente nas áreas mais próximas das bacias hidrográficas dos rios Munim e Itapecuru. E de acordo com o PTDRS, os dois principais setores econômicos tradicionais se dividem entre a agricultura familiar, com uma população no interior, e a pesca artesanal feita por pescadores que vivem nas áreas litorâneas. Esse território possui características bastante interessantes, tanto do ponto de vista biofísico, quanto humano. Na sua área mais a Leste encontra-se o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, caracterizado por um solo composto por areias quartzosas marinhas típico de desertos, mas com lagoas que permanecem cheias grande parte do ano formando um bioma único no mundo. Em termos populacionais identifica-se a presença de grande quantidade de comunidades quilombolas distribuídos, principalmente nas áreas mais próximas das bacias hidrográficas dos rios Munim e Itapecuru. E de acordo com o PTDRS, os dois principais setores econômicos tradicionais se dividem entre a agricultura familiar, com uma população no interior, e a pesca artesanal feita por pescadores que vivem nas áreas litorâneas.

O mesmo PTDRS considera que há duas dinâmicas econômicas propostas ao território nos últimos dez anos. A primeira, relacionada ao turismo ecológico em função do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que fez surgir uma extensa rede de hotéis e pousadas em torno dos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Morros; e a segunda relacionada com o processo de industrialização do Estado com o incentivo à implantação de grandes indústrias no município de Bacabeira. Essas dinâmicas, no entanto, não modificaram de um forma mais estrutural as dinâmicas relacionadas à produção agropecuária e a pesca extrativista.

Essas atividades ocorrem em uma estrutura fundiária concentrada, que é reflexo da concentração fundiária do Estado. O território LMM, segundo os dados do INCRA (2005), possui 2.486 imóveis, ocupando 492.770,8 ha. A grande propriedade representa 4,62% dos imóveis (115), ocupando 6,87% da área total (329.509,53 ha). No extremo da situação



temos os minifúndios que representam 65,12% dos imóveis (1.619), ocupando 2,93% da área total (14.438,4 ha). Já a pequena propriedade representa 16,41% dos imóveis (408) e ocupa 10,00% da área (49.318,9 ha).

Nessa estrutura fundiária predomina a agricultura familiar que, segundo o IBGE (2006) totalizam 12.286 estabelecimentos (93,92%) e ocupa 122.221 ha (32,89%). No outro extremo, temos a agricultura não familiar que detém 6,08% dos estabelecimentos (795) e ocupa 67,11% do total da área (249.346 ha).

A atividade agropecuária com participação de 23,13% no PIB alcançou R\$ 186.198 mil em 2010. A mediana dessa distribuição é de R\$ 10.210 mil. O valor mínimo nessa participação foi do município de Santo Amaro do Maranhão (R\$ 6.730 mil) e o valor máximo foi de Barreirinhas (R\$ 46.561 mil). Entre o valor mínimo e a mediana, encontramos os municípios de Santo Amaro do Maranhão, Presidente Juscelino, Axixá, Morros, Primeira Cruz e Bacabeira, que juntos totalizam R\$ 50.355 mil, que corresponde a 24,49% do total do valor adicionado da atividade. Em outras palavras, nesses municípios as atividades ligada a agricultura, silvicultura e exploração florestal e pesca, apresentaram desempenho abaixo da mediana do território e, conseqüentemente, obtiveram uma menor renda na atividade.

### 3 A ANÁLISE DOS ÍNDICES IDM E ICV

O IDM, segundo o IMESC tem como objetivo mensurar os níveis de desenvolvimento alcançados por cada município, mediante um conjunto de indicadores. É um índice sintético que compreende 50 indicadores e subdivide-se em dois grandes grupos: o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). O IDE é constituído pelas dimensões Índice de Infraestrutura (INF); Índice de Qualificação da Mão de Obra e Produtividade (IQMP) e Índice de Produção Municipal (IPM). O IDS é constituído pelas dimensões Índice do Nível de Saúde (INS); Índice do Nível de Educação (INE); Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e Índice de Meio Ambiente (IMA). Portanto, o IDM nada mais é que a média geométrica do IDE e do IDS, com iguais pesos para os dois grupos.

Os dados da Tabela 1 mostram que todos os municípios do Território concentram-se nas duas últimas faixas. Entre os anos 2009 e 2010 houve ascensão de um único município da última classe para a Classe 3, que foi Presidente Juscelino. Isso mostra que, em 2009, 86,55% da população do Território estava incluída na Classe 3 do IDM, passando para 88,98% em 2010.



**TABELA 1: Número de municípios e população estimada no TLMM, segundo as classes do IDM**

Classes do IDM	IDM	Número de Municípios		Índice Médio		População do Território (%)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
1	0,750 – 1,000	00	00			00	00
2	0,500 – 0,750	00	00			00	00
3	0,250 – 0,500	09	10	0,308	0,327	86,55	88,98
4	0,000 – 0,250	03	02	0,223	0,214	13,45	11,01
<b>TOTAL</b>	-	<b>12</b>	<b>12</b>			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IMESC, 2010

Para que se possa fazer uma análise mais adequada dos índices elaborou-se uma tabela (Tabela 2) com os números correspondentes às medidas de posição para todos os índices relacionados ao IDE: INF, IQMP e IPM.

**TABELA 2: Medidas de posição do grupo do IDE (2010) no TLMM**

Medidas de Posição	Grupo IDE (0,344)	INF(0,228)	IQMP (0,325)	IPM (0,344)
Mínimo	0,104	0,180	0,053	0,061
1° quartil	0,204	0,226	0,231	0,103
Mediana	0,240	0,268	0,311	0,150
Média	0,242	0,313	0,288	0,194
3° quartil	0,285	0,412	0,332	0,234
Máximo	0,416	0,501	0,524	0,568

FONTE: Índice de Desenvolvimento Municipal, 2010

O Índice de Produção Municipal (IPM) tem um valor de 0,344, demonstrando baixo desempenho dos municípios do Território. São nove municípios (75,0%) com índice inferior a 0,194 que é a média do componente<sup>6</sup>. Baixo desempenho desse índice significa valor adicionado de baixa expressão, além da pouca arrecadação do ICMS por setor, limitado número de empregos formais por setor, além do consumo reduzido de energia. Entre os municípios que compõe o TLMM, o menor índice foi de 0,061 (Santo Amaro do Maranhão) e o maior 0,568 (Bacabeira).

O ICV é um indicador que demonstra as mudanças percebidas, em termos das condições de vida das famílias nos territórios rurais - a partir da percepção dos indivíduos – permitindo análises comparativas, tanto ao longo do tempo como entre territórios distintos,

<sup>6</sup> Os municípios com IPM abaixo da média são: Santo Amaro do Maranhão, Primeira Cruz, Axixá, Morros, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatú, Humberto de Campos e Paulino Neves.



sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários. É composto por três dimensões, chamadas de “instâncias”: 1) fatores que favorecem o desenvolvimento; 2) características do desenvolvimento; e 3) efeitos do desenvolvimento. A cada instância associam-se oito indicadores.

O índice agregado para o Território, de valor 0,493, significa que na percepção dos entrevistados as condições de vida das famílias encontram-se em situação média (Tabela 3), mas em bem melhores condições do que a apresentada pelos IDM. Uma análise de cada um indicadores permite que se tenha uma avaliação comparativa entre os dois índices.

**TABELA 3: Demonstrativo do ICV Territorial do TLMM**

Índice de Condições de Vida(ICV)	0,493	Médio	Legenda
Fatores do desenvolvimento	0,458	Médio	0,00 – 0,20 Baixo
Característica do desenvolvimento	0,466	Médio	0,20 - 0,40 Médio Baixo
			0,40 – 0,60 Médio
			0,60 – 0,80 Médio Alto
Efeitos do desenvolvimento	0,569	Médio	0,80 – 1,00 Alto

**FONTE:** SGE, 2012

Os indicadores relativos aos fatores do desenvolvimento receberam avaliações de médio para baixo sendo que os itens mais mal avaliados estão relacionados com os programas governamentais de apoio à produção que poderiam melhorar as condições de vida dessas famílias e, conseqüentemente, proporcionar um desenvolvimento rural em melhores níveis.

Os indicadores mais mal avaliados foram: falta de assistência técnica (0,280), acesso ao crédito (0,369) e aos mercados (0,362) cujas políticas parecem não responder aos anseios e necessidades da população. Um dado importante relaciona-se aos programas de governo que receberam nota baixa (0,363) demonstrando que, apesar do bolsa família ter resultados importantes, por si só não fortalece o desenvolvimento regional.

Em relação às características do desenvolvimento os fatores variaram menos, sendo que a menor nota foi dada à diversificação das fontes de renda familiar (0,342). Nas características do território constata-se que a participação dos setores da economia na composição da renda per capita em 2010 chegou a R\$ 3.524,39 em média, com mediana de R\$ 3.217,00. A renda média vem corresponder a 0,57 salários mínimos mensais. Os dados da PEA revelam a fragilidade do trabalho formal no território, além de que aponta para um numero considerável da PEA sem rendimento e sem formalização, o que repercute na



renda. Na compreensão dos moradores a falta de alternativas para formalização de outras fontes de renda passa a ser o fator mais importante entre todas as características que dificulta o desenvolvimento.

## 7 CONCLUSÃO

Que o território tem um índice de desenvolvimento pequeno quando comparado com outros territórios do Maranhão era um fato já conhecido por todos e comprovado pelos dados do IDH. O trabalho apresentado mostra que esses dados são mais graves quando relacionados com as atividades produtivas, seja a partir de um olhar técnico com o aproveitamento dos números relacionados à atividade produtiva seja a partir da avaliação dos moradores da área rural.

Se 75% dos municípios do território está abaixo da média do território que já é muito baixa (0,194 numa escala de 0 a 1) isso quer dizer que o resultado é muito pior do que se imaginava. Esses números são percebidos com muita clareza pelos moradores da área rural que responsabilizam os governos (municipais, estadual e federal) por esta situação quando dão as piores notas para os indicadores relacionados com a atividade produtiva que devem ser executados pelos governos entre todos os itens pesquisados.

Assim, o trabalho vem demonstrar que não parece haver dúvida quanto à situação do território e de quem é a responsabilidade.

## REFERENCIAS

COOPERATIVA DE SERVIÇOS, PESQUISA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. São Luís, 2011.

ECHEVERRI, Rafael; RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IICA, 2005

**Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**. Situação Ambiental da Região do Baixo Munim. São Luís: 2012.

**Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**. Índice de Desenvolvimento Municipal: ano 2008. V.1 (2010). São Luís, 2010.